

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM PLANO COM IMPACTO OU NEM POR ISSO? – ESTUDO DE CASO

STUDENT'S FINANTIAL AID: A PLAN WITH IMPACT? – A CASE STUDY

Aparecido Portela da Silva^{1*}; Zita Romero Gonçalves²; Jaqueline Aida Ferrete³

¹Contador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Vilhena, Brasil; Bacharel em ciências contábeis, especialização em Contabilidade e Controladoria, Mestre em Assessoria de Administração pelo Instituto Politécnico do Porto – Portugal. ²PhD em Educação, especialidade de Tecnologias Educativas e Docente da área de Assessoria e Comunicação Organizacional no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pertencente ao Politécnico do Porto, Portugal. ³Professora Dra. Do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Vilhena.

*Autor correspondente: e-mail: aparecido.portela@ifro.edu.br

RESUMO

O Governo Federal criou, através do Decreto nº 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de reduzir o insucesso estudantil por falta de meios econômicos (1). Para a implantação do PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Vilhena (IFRO-CV) foi criada uma equipe multidisciplinar constituída por servidores do próprio IF (sendo um deles, obrigatoriamente, um Assistente Social) cuja ação é verificar a situação econômica dos alunos socio-economicamente vulneráveis, candidatos à ajuda. O principal motivo para encetar esta pesquisa foi querer estudar a eficiência e eficácia do PNAES nesta instituição, na perspectiva dos seus dois maiores públicos: alunos e servidores. Assim, esta investigação teve como objetivo principal averiguar qual o impacto dos auxílios estudantis (alimentação, moradia, transporte, etc.) junto aos alunos beneficiados no IFRO-CV, no triênio 2016-18. Relativamente à metodologia, construiu-se um estudo de caso, com características mistas, pois recorreu-se a análise qualitativa e quantitativa. Iniciou-se por uma revisão bibliográfica que fundamentou as opções tomadas. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados, (i) a análise documental de estatísticas relacionadas ao tema decorridas nos últimos 3 anos; a aplicação de inquéritos (ii) sob a forma de entrevista aos servidores gestores do PNAES do IFRO-CV; (iii) e sob a forma de questionários aos alunos concluintes dos Cursos Técnicos Integrados do Ensino Médio, beneficiados com algum tipo de auxílio do PNAES, em 2016-18. Os resultados da pesquisa indicam que o PNAES está sendo bem divulgado e que os auxílios foram importantes para o aproveitamento e conclusão dos cursos. Segundo os pesquisados, as verbas dos auxílios são insuficientes e não há um sistema de monitorização da aplicação dos benefícios; os atrasos constantes nos pagamentos das ajudas financeiras aos alunos têm impacto negativo. Conclui-se que é imprescindível criar mecanismos de avaliação do PNAES mais assertivos e providenciar uma equipe mais consistente para acompanhar a atribuição e os alunos beneficiados.

Palavras chave: Políticas Públicas. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Ajuda Financeira a Alunos. IFRO-CV.

ABSTRACT

The Federal Government in Brazil created, through Decree 7.234 / 2010, the National Program of Student Assistance (PNAES in Brazilian Portuguese) with the goal of reducing academic unsuccess due to economic reasons. In order to implement PNAES in Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia - *Campus* Vilhena (IFRO-CV) they formed a multidisciplinary team, composed by some federal employees (one of its members is compulsorily a Social Assistant whose work is to verify economic situation of vulnerable students, who have applied to assistance). So, we wanted to investigate efficiency and effectiveness of IFRO-CV's PNAES in the perspective of its two main publics: students and federal workers. Thus, the main goal of this research was to study and verify the impact of PNAES (nourishing aid, lodgment, transport aid, or other kind) in student's success and conclusion of studies, who had received aids during the last three years. Considering methodology, we built a case study with quantitative and qualitative features. In order to carry out and to fundament the research, we did a bibliographical review of the main authors dealing with the topic. Documental analysis of statistics related to the subject (2016-2018) was used as instrument of data collection; as well as the application of surveys: in the form of interviews to management responsables and enquiries to graduating students of the Integrated Technical Programs of Medium Education in 2018, who had received some kind of aid from PNAES, in IFRO-CV. The

results of research indicate that PNAES is being well publicized and that the aids provided were important to achieve success in programs. Still according to those inquired, the financial aid is not enough to meet all the students' needs and there is not a monitoring system of giving aids; also, the frequent delays in payments have a very negative impact. Besides, it is necessary to create evaluation mechanisms of PNAES more assertive and to provide a more consistent team to follow-up the beneficiaries, within IFRO-CV.

Key words: Public Policies. National Student Assistance Plan. Financial Aid to Students. IFRO-CV.

1. INTRODUÇÃO

Em 2008, com a Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), integrando-se à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, subordinados ao Ministério de Educação do Brasil (2). Com eles, registou-se abertura de novos cursos técnicos profissionalizantes e tecnológicos. Com a expansão destes cursos, surgiu a necessidade de implementação de novas políticas públicas nos IF.

Para Tude, Ferro e Santana (3) “Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil.”

Assim, de acordo com os autores, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos e são de competência dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal, criadas por meio de mecanismos legais. Essas leis e decretos serviram de norteadores para definir qual o destino a dar aos benefícios; geralmente abrangem os aspectos sociais, cultural, econômico, educacional em todas as instâncias de Governo.

E para solucionar essa nova demanda criada com a expansão dos (IF) o Governo Federal criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, instituído pela Portaria Normativa nº 39/2007(4), e regulamentada pelo Decreto do Governo Federal nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que implementou as ações de Assistência Estudantil com a finalidade de auxiliar, subsidiar, democratizar e prolongar a permanência dos jovens nas escolas (1). Esta ação veio minimizar as desigualdades sociais contribuindo para uma maior inclusão social.

Contudo, sabe-se que não é possível atender a todas as ações do Programa de Assistência Estudantil estipulado pelo Decreto. Sabendo que o orçamento não é suficiente para acolher toda a demanda existente, na entidade alvo de pesquisa – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* Vilhena – IFRO-CV, executam-se, por prioridade, aquelas ações que melhor atendem às suas necessidades. Assim, este IFRO regulamentou os Programas de Assistência Estudantil através da Resolução nº 019/CONSUP/IFRO, de 21 de setembro de

2011 (5) e posteriormente alterada pela Resolução nº 033/CONSUP/IFRO, de 22 de setembro de 2014 (6).

De entre das ações instituídas pelo Decreto nº 7.234/2010 encontra-se o auxílio estudantil que tem como objetivo manter os alunos, provenientes de famílias de baixa renda, na instituição (1), evitando assim a evasão escolar que é um problema para os gestores das instituições de ensino, uma vez que o orçamento está vinculado ao quantitativo de alunos matriculados e isso afeta financeiramente a instituição. Então, quanto menos alunos, menores os recursos, para já não falar no atraso cultural e social que tal realidade significa na sociedade, num futuro imediato.

Esta pesquisa pretende trazer à luz questões acerca da gestão de políticas públicas da assistência estudantil, e procurará investigar, junto dos coordenadores dos Cursos Técnicos e da equipe de Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do IFRO-CV, e também junto aos discentes dos terceiros anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO-CV, se os auxílios prestados foram impactantes para a sua conclusão do curso.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Vasconcelos (7):

A assistência estudantil enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Esse processo de democratização teve(m) como objetivos principais reduzir as desigualdades sociais e econômicas, bem como garantir a permanência daqueles discentes considerados econômica e financeiramente vulneráveis. Ainda segundo o Decreto nº 7.234/2010 “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico”(1). Por conseguinte, a Lei pretende instituir condições para que o estudante possa vir a desenvolver todo o seu potencial acadêmico concluindo o curso.

A proposta se justifica, pois poderá contribuir para que a administração encontre respostas a algumas questões, designadamente: qual o contributo das ações integradoras de assistência social para a permanência dos alunos no IFRO-CV? Dentro dessas ações, quantos alunos receberam auxílio estudantil no período de 2016 a 2018? Na perspectiva do aluno alvo

de ação integradora do Governo Federal, qual o grau de utilidade desse auxílio financeiro? Sem essa ação, ele conseguiria terminar seus estudos?

Segundo Cunha e Raggi (8) “as políticas públicas são ações de intervenção do Estado na sociedade pelas quais se busca promover as necessidades básicas” e dentro deste contexto, inserimos a assistência estudantil que é ação de política pública de inclusão social.

2.1. Políticas Públicas

As políticas públicas são atividades relacionadas ao planejamento, à execução e às avaliações das ações estabelecidas em nível de Governo Federal, Estadual e Municipal, cada um dos entes com atividades definidas para a sociedade. Elas buscam, através de suas ações, estabelecer metas em várias áreas: educação, saúde, lazer, transporte, segurança. Os poderes legislativos criam as leis, decretos e que são referendadas pelo executivo para que possa entrar em vigor. Dentro dessa perspectiva, foi criado o Decreto nº 7234/2010 que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação com função social de atender os alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio (1).

Souza (9) define “[...] política pública como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações (variável dependente).”

Já Cavalcanti (10) refere:

As políticas públicas são entendidas como feitas em nome do "público"; a política geralmente iniciada por um governo; as políticas públicas podem ser implementadas por atores do setor público, atores de setores privados ou ainda por atores de organizações não governamentais; a política pública é o que o governo pretende fazer ou não fazer.

As políticas públicas implicam definir questões e responder como implementar as ações para ter um resultado favorável. A implementação de políticas públicas depende do processo decisório de cada instituição e de vários fatores nos diferentes acontecimentos gerados pelas necessidades e interesse em função de uma coletividade.

Borba (11) considera que “as políticas públicas representam conjuntos de ações que objetivam a resolução ou minimização de problemas presentes na sociedade e que demandam a intervenção estatal”, nessa mesma linha Gomez (12) afirma que “las políticas públicas son dispositivos para el control social definidos por los sistemas políticos modernos con el propósito de regular un asunto de interés general y en particular la aplicación de los recursos.”

Assim, as políticas públicas podem passar por várias etapas, e de acordo com as literaturas lidas, foi criado o “ciclo de políticas públicas” que as divide em fases interdependentes para facilitar as etapas necessárias à sua execução.

2.2. Ciclo de Políticas Públicas

O ciclo de políticas públicas tem como utilidade organizar as atividades para facilitar a sua complexidade, ou seja, serve como referencial para que pesquisadores e administradores possam implantar suas ideias de forma simplificada e ordenada, evitando desperdício de tempo. Mesmo assim, poderá haver ajustes nesta caminhada que vai servir de “esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (Secchi,(13)).

Souza (9) divide em quatro fases o ciclo de políticas públicas: “a) agenda, b) formação, c) implementação e a avaliação”, três fases a menos do que a apresentada por Secchi, são elas: identificação do problema, tomada de decisões e extinção.

Já Secchi (13), a nosso ver mais feliz na sua apresentação do ciclo, identifica as principais fases para avaliação das políticas públicas: “1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisões, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção”.

O *policy cycle* embora seja um modelo didático, nem sempre consegue soluções, pois pode esbarrar em alguns problemas não planejados, o que, muitas vezes, torna-se frustrante para os atores por não conseguirem chegar a um resultado esperado. O foco da pesquisa estará na fase de implementação e de avaliação, assim, as demais fases não vão ser alvo de ênfase, nesta investigação.

A fase de implementação da política pública que sucede à tomada de decisão é um momento em que os atores envolvidos no processo buscam esforços avaliativos para que sejam produzidos resultados concretos. Segundo Secchi (13) “A importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de esquemas analíticos mais estruturados, os obstáculos e falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de políticas públicas.” Esta definição aplica-se, com toda a propriedade, ao nosso caso específico de análise das políticas de assistência estudantil no IFRO-CV.

Quando se trata de um processo de implementação que envolve organizações, há diversas variáveis implicadas, nomeadamente, as pessoas que possibilitam acontecer, os recursos financeiros, os materiais, a mão de obra qualificada que possa implementar essas

políticas públicas. Ou seja, envolve diferentes atores e setores com o mesmo objetivo para que tudo possa sair dentro do programado.

Ainda de acordo com Secchi (13) “devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos em negociação, construção de coordenação entre executores e cooperação por parte dos destinatários”.

Segundo Lotta (14), ao tratar de implementação em sua tese afirma que “Os detalhes da implementação, considerando que ela é um complexo processo que envolve pessoas, vontades, necessidades, poder, recursos, disputas, conhecimentos e desconhecimentos.”

À luz destes autores revisados, na investigação em específico, os atores das políticas do PNAES no IFRO-CV, responsáveis pela análise dos problemas, por encontrar soluções e implementá-las, são os Coordenadores dos Cursos Técnicos, a Direção de Ensino, a Coordenação de Registros Acadêmicos, a Coordenação de Assistência ao Educando, a Diretoria de Planejamento e Administração e Direção Geral. Há ainda outros atores como os destinatários do PNAES, os alunos necessitados.

Para alguns autores existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas *top-down* (de cima para baixo) e o *bottom-up* (de baixo para cima) entre eles Lotta (14) descreve que:

O modelo *top-down* reflete-se nas estruturas tradicionais de governança, enfatizando a separação entre a política e a administração e enfocando o controle e a hierarquia. Os defensores dessa corrente viam um ideal normativo de colocar a política pública em ação. Assim, a política deveria ser feita no topo e executada por agentes de acordo com esses objetivos.

Na visão de Secchi (13) “O modelo *top-down* de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é um mero esforço administrativo de achar um meio para os fins esperados”; no modelo *bottom-up* “os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas” (idem). Najberg e Barbosa defendem que a abordagem *bottom-up* “facilita a perspectiva da formulação, da implementação e da avaliação de políticas públicas como fases interdependentes” (15), ou seja, os atores têm maior liberdade em organizar e modelar a implementação, maior participação em todo o desenvolvimento e acompanhamento no processo.

Outros autores como Lotta (14) argumentam “o processo de criação de política como um *continuum*, no qual há modificações em todo o processo de traduzir as intenções em ações.

Tem-se como pressuposto que o processo de implementação transforma e adapta as políticas originais”.

Analisando os dois modelos *top-down e bottom-up*, as PNAES pesquisadas encaixam no modelo *top-down*, pois, para serem executadas dependem de leis, decretos, portarias, criados pelas classes políticas destinadas ao público alvo, assim as instituições apenas executam o que já tinha sido decidido, são programas e ações com objetivos claros prontos para serem executados por atores envolvidos no processo de execução.

Numa fase posterior, há que avaliar a implementação da política pública. Para Lotta (14) este processo passa por “um readequamento, realinhamento [...] garantindo a ela um posicionamento mais correto na busca dos impactos desejados”, buscam uma adequação para atender as necessidades de modo que os resultados sejam satisfatórios. Secchi (13) corrobora que a avaliação de políticas públicas é a possibilidade de medir os seus resultados. Em linha de pensamento semelhante aos dois últimos autores, Cavalcanti (10) defende a avaliação como sendo instrumento capaz de fornecer informações reais e válidas sobre o desempenho da política informando se as metas e objetivos foram alcançados. E vai mais além (10):

A avaliação é entendida, de maneira geral, como um exame ex-post de uma política, que envolve uma grande quantidade de recursos e uma cadeia de decisões e ações distribuídas ao longo do tempo, objetivando a introdução de modificações substantivas ou, inclusive a interrupção da política.

Segundo Duarte (16) “o enfoque na avaliação de políticas implementadas justifica-se pelo facto de permitir que as medidas introduzidas no futuro possam apresentar maiores níveis de eficiência e eficácia, resolvendo os problemas que se propõem resolver”. Assim, através de critérios e indicadores, com a participação dos atores envolvidos, será possível acompanhar se a aplicação das políticas do PNAES no IFRO-CV foi positiva ou negativa, se tiveram os impactos esperados e se contribuíram para a permanência dos alunos nos estudos.

De acordo com [Cavalcanti (10); Borba (11); Secchi (13)] “avaliação deve ser uma atividade contínua e indissociável do processo de planejamento (formulação, execução e avaliação) e tem como objetivo permitir aos que conduzem o programa e aos outros atores envolvidos”, ou seja, ela pode ser considerada uma ferramenta de gestão em que o gestor pode redirecionar suas ações em curso, e fora do planejado inicialmente.

3. METODOLOGIA

3.1. Design da Investigação

A presente investigação, quanto aos procedimentos, foi iniciada com uma pesquisa bibliográfica respaldada por diversos autores como [Marconi e Lakatos (17); Gil (18); Severino (19); Triviños (20); Vergara (21)], valorizando investigações já publicadas, na medida em que ela é imprescindível enquanto suporte científico à investigação em curso. Também se utilizaram fontes próprias, i.e. dados estatísticos, relatórios, planilhas e outros documentos oficiais do *Campus*.

Foi utilizada a análise descritiva, a qual tem como propósito retratar o máximo possível dos acontecimentos alvo de estudo com a finalidade de apurar a relação entre as variáveis definidas durante um certo período de tempo (de 2016 a 2018).

Assim, nosso objetivo geral foi verificar como decorreu a atribuição dos benefícios financeiros a alunos carenciados do *Campus* Vilhena do IFRO. Como objetivos específicos temos: apurar se os benefícios foram suficientes ou não; que tipos de ajudas financeiras foram distribuídas; quantos alunos foram destinatários do auxílio estudantil entre 2016-2018; se concluíram o curso por impacto dos benefícios.

A presente pesquisa enquadra-se no “estudo de caso” que segundo Zanella (22), afirma explicando que “estudo de caso é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade”; e para Gil (18) estudo de caso “é um estudo mais detalhado procurando se aprofundar nas informações que são valiosas para solucionar problemas por ser um estudo mais detalhado”. Assim, este estudo de caso debruçou-se sobre a importância e utilidade da PNAES implementada no IFRO-CV.

Optou-se por uma abordagem mista, isto é, qualitativa [Zanella (22) e quantitativa Chizzotti (23)] em simultâneo, não só por se analisarem documentos do IFRO-CV e dados coletados através de entrevista aos servidores de modo qualitativo; as respostas abertas dadas pelos alunos, foram depois sintetizadas e submetidas à análise qualitativa; mas também porque se recorreu a estatística quantitativa Nazareth (24) simples para analisar as respostas dos inquéritos aplicados aos alunos beneficiários. De seguida, procedeu-se a uma triangulação dos resultados apresentada sob a forma de gráficos, tabelas e quadros. No final, foram feitas interpretações possíveis a fim de se determinar se a PNAES do IFRO-CV atingiu ou não os objetivos inicialmente estabelecidos pela própria instituição de ensino e pela tutela e apresentaram-se sugestões de melhoria.

3.2. Os instrumentos de Recolha de dados

A recolha de dados foi efetuada por três vias distintas que serão abordados cada uma por sua vez, ou seja, (i) a análise documental, (ii) os inquéritos sob a forma de questionários a alunos, (iii) e sob a forma de entrevistas a responsáveis pela implementação do PNAES na instituição alvo.

3.3. Análise Documental

De acordo com Vergara (21) e Zanella (22) “A pesquisa documental envolve a investigação em documentos internos [da organização] ou externos [governamentais, de organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa, dentre outras]. É uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa”.

Para Gil (18) ela tem muitos pontos em comum com a bibliográfica porque ambas utilizam dados já existentes e também não foge dos conceitos dos autores citados e reforça dizendo que os documentos mais utilizados são “documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações” e mais adiante (18) “A consulta à fonte documental é imprescindível em qualquer estudo de caso”.

Assim, analisaram-se documentos internos do IFRO-CV relacionados ao PNAES tais como: Resoluções, Relatórios, Leis, Decretos, Portarias e demais registros que foram fornecidos pela Coordenação de Registro Acadêmico - CRA e pela Coordenação de Assistência ao Educando - CAED. Primeiro foi feito um levantamento prévio na Coordenação de Registro Acadêmico do IFRO-CV, para saber o quantitativo de alunos ingressados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em 2016, e quantos desses estavam terminando o terceiro ano, no ano letivo de 2018. Num segundo passo, apurou-se junto à CAE IFRO-CV quantos desses alunos foram beneficiados com auxílio(s), e, posteriormente, procedeu-se à aplicação dos questionários, bem como às entrevistas dos responsáveis.

3.4. Inquéritos – Questionários

Outro instrumento de recolha de informações foi também o inquérito através da aplicação de questionário aos alunos que ingressaram em 2016 em cursos integrados ao Ensino Médio, beneficiados do PNAES do IFRO-CV e concluintes em 2018.

A aplicação do questionário foi sustentada por vários autores, Vergara (21), Zanella (22), para quem o questionário é um instrumento de coleta de informações, que pode atingir um número maior de pessoas e pode ser feito por meio digital. Assim, construiu-se o questionário contendo perguntas adaptadas dos trabalhos realizados por [Reis (25), Souza (26) e Feres & Patrão (27)].

O questionário tinha uma primeira parte destinada a apurar dados biográficos e uma segunda constituída por perguntas de resposta múltipla e uma questão aberta para que se pudessem pronunciar livremente. Antes da sua aplicação final, o questionário foi validado, tendo sido respondido por três alunos, não do público final, com o objetivo de se avaliar a sua compreensão face aos itens apresentados. Foram também aqui observadas as questões éticas no Termo de Assentimento de Livre e Esclarecido-TALE assinado pelos pesquisados, com consentimento dos responsáveis por meio Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, garantindo total sigilo das respostas. De igual modo, informamos os alunos, antes de iniciar a pesquisa, que o Projeto fora submetido ao Comitê de Ética do IFRO, na Plataforma Brasil para aprovação, por meio do Parecer Consubstanciado nº 2.764.562 de 10 de julho de 2018.

Foi previamente enviado aos inquiridos *e-mail* com o *link* destinado ao seu preenchimento. No sentido de facilitar e agilizar as suas respostas individuais, disponibilizou-se computadores no laboratório de informática do IFRO-CV.

3.5. Inquéritos – Entrevista

O segundo instrumento utilizado para obtenção de dados foi a aplicação de inquéritos por via de entrevista a responsáveis envolvidos com a temática da pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (17), a entrevista “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O guião de entrevista foi primeiramente revisto por um professor de Português do Brasil no sentido de verificar eventual erro de construção frásica.

Foram respeitadas as questões éticas no TCLE antecipadamente assinado pelos pesquisados, além da submissão prévia de um exemplar, juntamente com o presente Projeto, ao Comitê de Ética do IFRO, na Plataforma Brasil.

Posteriormente, houve contato direto com os servidores pesquisados explicando o objetivo da investigação e após sua concordância em participar, o guião de entrevista, constituído apenas por perguntas de resposta aberta, foi-lhes encaminhado *via e-mail*, ao qual puderam responder sem qualquer interferência dos investigadores.

3.6. Caracterização das populações alvo

A investigação envolveu dois estudos, um efetuado tendo por alvo um grupo de alunos e outro de servidores. O primeiro grupo era constituído por 56 alunos do terceiro ano dos Cursos Técnicos Edificações, Eletromecânica e Informática Integrados ao Ensino do Médio, do IFRO-CV, beneficiados pelo PNAES, ingressantes em 2016 e concluíntes em 2018, sinteticamente apresentado na tabela já a seguir.

Tabela 1: Distribuição dos Alunos pelos cursos

Curso	Nº Total de Alunos (N)	Nº Alunos Carenciados (N)
Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio	26	22
Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	10	10
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	20	16
Totais	56	48

Autor: investigador.

Após recolha dos dados foram feitas análises resumidas nas Tabelas 2, e 3, sendo o grupo de alunos constituído maioritariamente por mulheres (58%), 75% dos estudantes possuía até 17 anos. A maior parte das famílias dos estudantes era constituída por 3 pessoas; quase 92% dos alunos moravam com a mãe e 64% morava com o pai, possuindo pelo menos 1 irmão(ã).

Quanto ao nível de escolaridade dos pais e mães, ficou-se a conhecer que mais de 50% possuía entre o Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) e o Ensino Médio completo; 46% das famílias tinha renda familiar inferior ou igual a 3 salários mínimos (R\$ 2.862,00); o transporte público era o meio de locomoção mais utilizado (79%) para chegar ao IFRO-CV. Segue-se a totalidade dos dados sociodemográficos.

Tabela 2- Caracterização socioeconômica dos estudantes dos 3º anos que recebem algum tipo de assistência estudantil no IFRO-CV (de 2016 a 2018)

Dados familiares e pessoais	Número de respostas	(%)
Sexo		
Feminino	28	58,33
Masculino	20	41,67
Idade		
14 a 17 anos	36	75,00
18 a 21 anos	12	25,00
22 a 25 anos	0	0,00
26 a 29 anos	0	0,00
> 30 anos	0	0,00
Composição familiar		
Mãe	44	91,67
Pai	31	64,58
Avós	6	12,50
Madrasta	2	4,17
Padrasto	7	14,58
1 irmão	21	43,75
2 irmãos	14	29,17

3 irmãos	1	2,08
4 irmãos	1	2,08
> 4 irmãos	1	2,08
Nacionalidade		
Brasileira	45	93,75
Naturalizado	3	6,25
Escolaridade da mãe		
Nenhuma	0	0,00
Ensino fundamental (1º ao 4º ano)	6	12,50
Ensino fundamental (5º ao 9º ano)	12	25,00
Ensino médio	15	31,25
Graduação	0	0,00
Pós-graduação (<i>Lato sensu</i>)	6	12,50
Pós-graduação (<i>Stricto sensu</i>)	9	18,75
Escolaridade do pai		
Nenhuma	2	4,26
Ensino fundamental (1º ao 4º ano)	14	29,79
Ensino fundamental (5º ao 9º ano)	12	25,53
Ensino médio	10	21,28
Graduação	7	14,89
Pós-graduação (<i>Lato sensu</i>)	0	0,00
Pós-graduação (<i>Stricto sensu</i>)	2	4,26
Renda familiar		
Até R\$ 1.431,00	15	31,25
R\$ 1.431,01 a R\$ 2.862,00	22	45,83
R\$ 2.862,01 a R\$ 4.293,00	8	16,67
R\$ 4.293,01 a R\$ 5.724,00	0	0,00
R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00	6	4,17
R\$ 9.540,01 a R\$ 28.620,00	1	2,08
mais de R\$ 28.620,01	0	0,00
Como faz seu trajeto até o IFRO/ CV?		
Caminhando	0	0,00
Bicicleta	7	14,58
Transporte público	38	79,17
Carro/moto própria	2	4,17
Carona	0	0,00
Transporte fretado	1	2,08
Outros	0	0,00
Qual o curso técnico que você frequenta?		

Edificações	22	45,84
Informática	16	33,33
Eletromecânica	10	28,33

Fonte: investigador

O segundo grupo alvo de investigação era constituído por sete servidores pertencentes ao quadro de funcionários responsáveis pela implementação das PNAES no IFRO-CV: cinco professores e dois técnicos administrativos, que estavam diretamente ligados à atribuição de auxílios estudantis enquanto coordenadores dos cursos (D1, D2, C1), ou enquanto diretor de ensino (C2, C3, C4) e Assistente Social (A1).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Alunos

Analisando a segunda parte do questionário destinado a alunos, sucintamente, observou-se que dos 56 (N) concluintes beneficiados entre 2016-18, só obtivemos respostas de 48 (n). Apurou-se que a totalidade dos estudantes conheciam o PNAES, 83% consideraram-no bem divulgado; 89% julgaram o prazo de inscrição suficiente. Apurou-se que 66% consideraram o programa de auxílio financeiro como “*essencial*” no *Campus* de Vilhena; corroborando, 64% dos alunos consideraram o Auxílio Estudantil importante para minimizar a evasão escolar, enquanto 35% consideraram que não. Demonstrando a pertinência do PNAES, 91% referiu que o auxílio recebido foi relevante para a conclusão do curso.

Quanto ao tipo de bolsa concedida, apurou-se que 42% consiste em auxílio transporte e 40% em auxílio alimentação, o que é revelador das carências sentidas ao nível de necessidades básicas; curiosamente não foi atribuída nenhuma bolsa de monitoria ou auxílio moradia, pois não houve candidaturas para esses dois tipos de ajuda. Segundo os próprios inquiridos, a ajuda financeira decorre por períodos variáveis, verificando-se as maiores incidências nos 6/12 meses e nos 19/24 meses, ambos com (26%) (Tabela 3).

Tabela 3 – Caracterização da opinião dos estudantes beneficiados pelo PAE no IFRO-CV, quanto a assistência estudantil no período de 2016 a 2018

Questão	Nº de respostas	(%)
Já conhecia o Programa de Assistência Estudantil do IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena?		
Sim	48	100,00
Não	0	0,00
Como ficou sabendo do edital para o Programa de Assistência Estudantil?		

Internet	1	2,08
Mural do <i>Campus</i>	14	29,17
Avisos em sala de aula	25	52,08
Outros	8	16,67
Como se deu o processo de divulgação do Programa de Assistência Estudantil?		
Foi bem divulgado	40	83,33
Foi pouco divulgado	8	16,67
Insuficiente	0	0,00
Quanto ao prazo para inscrição no Programa de Assistência Estudantil, os dias estipulados no Edital são:		
Suficiente	43	89,6
Insuficiente	5	10,4
No seu ponto de vista, o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para minimizar o índice de reprovação e evasão de alunos?		
Sim	31	64,6
Não	17	35,4
Que importância você atribui ao Programa de Assistência Estudantil no <i>Campus</i> Vilhena?		
Essencial	32	66,67
Importante	16	33,33
Pouco importante	0	0,00
Desnecessário	0	0,00
Dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO/ <i>Campus</i> Vilhena abaixo relacionados de qual (quais) você é agora ou já foi beneficiário?		
Bolsa monitoria	0	0,00
Auxílio transporte	44	41,90
Auxílio alimentação	43	40,95
Auxílio moradia	0	0,00
Auxílio ao estudante colaborador	1	0,95
Auxílio complementar	1	0,95
Por quanto tempo você já recebeu ou vai receber esse(s) auxílio(s)?		
De 5 meses	5	11,11
De 6 a 12 meses	12	26,67
De 13 a 18 meses	9	20,00
De 19 a 24 meses	12	26,67
Mais de 24 meses	7	15,56
O Auxílio estudantil é relevante para conclusão do seu curso?		
Sim	43	91,49

Não	4	8,51
-----	---	------

Fonte: investigador.

Os investigadores aprofundaram a pesquisa e recorreram a testes estatísticos aconselháveis nestes casos. Com a aplicação do Teste Qui-quadrado, ficou evidente um grau de significância muito baixo, de 89,5% (Tabela 4) e 72,10% (Tabela 5).

Assim, não foi identificada uma associação entre o curso e a possibilidade de o Auxílio Estudantil (AE) ter contribuído para evasão escolar, também como não foi observada qualquer associação entre o gênero e a possibilidade de evasão escolar, ou seja, independente do gênero e do curso, os estudantes acreditam que o sistema de auxílio financeiro ajuda a minimizar a evasão escolar.

Tabela 4 – Teste de Qui-quadrado para relação entre o curso e contributo da AE para a evasão escolar

Curso	Minimiza a evasão?	
	Sim	Não
Edificações	14	8
Eletromecânica	6	4
Informática	11	5

$\chi^2 = 0.22191, df = 2, p - valor = 0.895$

Tabela 5 – Teste de Qui-quadrado para relação entre sexo e a contributo da AE para a evasão escolar

Gênero	Minimiza a evasão?	
	Sim	Não
Feminino	17	11
Masculino	14	6

$\chi^2 = 0.12751, df = 1, p - valor = 0.721$

A análise de correspondência para a associação entre o auxílio financeiro e o desempenho escolar indicou que o PNAES era “Ótimo” para a assiduidade, e o resultado pode ser corroborado pelo elevado número de bolsas distribuídas para auxílio transporte.

O mesmo tipo de análise indicou também que o auxílio financeiro proporciona um “Bom” envolvimento com as atividades escolares, mas que contribuiu de modo “Regular” para a superação das dificuldades escolares (Figura 1).

Figura 1 - Análise de correspondência da entre o PNAES e o desempenho escolar

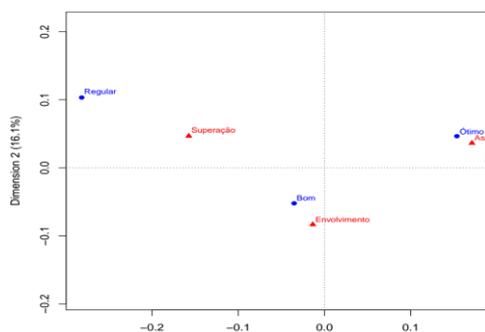
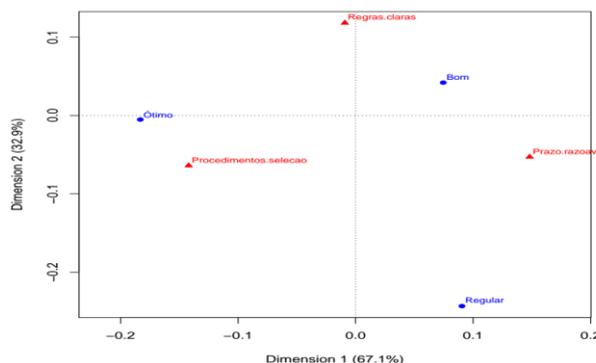


Figura 2 - Análise de correspondência para associação associação entre critérios e metodologia seleção e opinião estudantes



Já a análise de correspondência entre a associação e os critérios de metodologia de seleção estão associadas como “Ótimo” quanto aos procedimentos de seleção, e “Bom” para as regras e prazo de inscrição (Figura 2).

Relativamente à pergunta de resposta aberta, 27 (dos 48) alunos enfatizaram: haver frequentes atrasos no pagamento da AE pelo IFRO-CV; as ajudas financeiras serem insuficientes para as necessidades; os seus valores serem muito baixos.

4.2. Servidores

Apresentam-se os resultados obtidos nas entrevistas aos servidores, de modo resumido:

Tabela 6 - Resumo das respostas dos Servidores entrevistados

Perguntas	Respostas
1. Qual a sua perspectiva generalizada acerca do Programa a Assistência Estudantil do IFRO/Campus Vilhena?	Todos acham de suma importância o PNAES que contribui para permanência e êxito daquele aluno considerado socioeconomicamente vulnerável.
2. Na sua opinião, os subsídios da assistência estudantil garantem a permanência dos alunos no IFRO/Campus Vilhena?	Oitenta e cinco por cento dos inquiridos acredita que PAE não garante permanência dos alunos na escola, que ela não é um fator preponderante para os alunos permanecerem na escola, mas sem dúvidas ajuda aqueles que precisam do auxílio para vir à escola.
3. Quais os maiores avanços, no seu ponto de vista, que ocorreram na assistência estudantil no IFRO/Campus Vilhena de 2016 a 2018?	Verificou-se que 43% não souberam ou não quiseram opinar sobre o tema, enquanto 57% citam pontos relevantes que foram: aumento de alunos assistidos, otimização de recursos e crescimento da equipe multidisciplinar responsável pela execução da PAE.
4. Quais os maiores entraves encontrados no trabalho com alunos que precisam de assistência estudantil?	Apenas um dos inquiridos não respondeu. Um deles respondeu que alguns alunos se omitem em participar da seleção para receber auxílios; dos que recebem, terminam gastando o auxílio noutros fins e também que, por vezes, a escola tem contraturno e o auxílio não é suficiente para que o aluno se desloque até a escola.

5. Como vem sendo realizado o trabalho de acompanhamento dos alunos que recebem auxílio face aos obstáculos encontrados em seu percurso acadêmico?	De acordo com os entrevistados não existe um acompanhamento e controle efetivo dos alunos que recebem auxílios, apesar do IFRO-CV ter uma Comissão de Permanência e Êxito.
6. Qual a sua opinião acerca da política de assistência estudantil do IFRO/Campus Vilhena?	Cem por cento referiu a importância da PAE que o IFRO-CV vem cumprindo, bem como seu papel enquanto implementador de políticas públicas.
7. Qual o principal objetivo da assistência estudantil no IFRO/Campus Vilhena?	Segundo os pesquisados, o objetivo da PAE é contribuir para permanência dos alunos mais carentes na escola, criando oportunidades e igualdade de condições para que possam concluir o curso.
8. As ações de assistência estudantil na instituição estão voltadas para assistência ou para o assistencialismo? Justifique sua resposta.	Em sua maioria, respondeu que PAE está direcionada à assistência e não ao assistencialismo, pois visa assegurar os direitos dos alunos que mais necessitam de um auxílio e garantir sua permanência na escola.
9. Se o senhor (a) fosse o responsável pelo Programa de Assistência Estudantil o que mudaria nele?	Um dos pesquisados respondeu que adotaria melhor acompanhamento aos alunos alvo do PAE, outros aumentariam o valor do auxílio financeiro, pois acham que não é suficiente e também que deveria focar naqueles alunos mais carentes.

Autor: investigador.

Ainda de acordo com o que se recolheu nos seus depoimentos, a PNAE do IFRO-CV se ressentiu de rápido desgaste porque o orçamento não consegue atender todos os alunos que precisam do auxílio, o que dificulta o trabalho dos atores responsáveis pela sua implementação, e sobretudo não alcança todos os alunos necessitados. Apesar de toda essa dificuldade de gestão de recursos, o inquirido (D1) perspectivou o papel do IFRO como elemento fomentador da continuação de estudos: “forma positiva, pois a cada ano buscamos melhorar os processos de concessão de bolsas e auxílios, para ter maior efetividade na aplicação dos recursos e alcançar os objetivos dos programas”.

Após análise das entrevistas aos responsáveis e gestores do PNAES do IFRO – CV verificou-se que eles têm a mesma perspectiva de autores abordados na revisão da Literatura, nomeadamente, a importância da ajuda e fragilidade do seu monitoramento {Taufick (28), a escassez da AE Jesus (29), Reis (25), Souza (26)}. Apesar das preocupações do IFRO-CV com a avaliação, faltam indicadores e monitores para nortear o processo avaliativo dos estudantes beneficiados, salvaguardando também os recursos da instituição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de investigação teve como principal objetivo (i) estudar a importância e eficácia da PNAES no IFRO-CV, pesquisando a opinião de 56 alunos do ensino

médio, de 3 cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, entre 2016-18, ao modo como a PNAES é efetuada e seu grau de importância para a conclusão dos seus cursos; (ii) indagar a opinião de responsáveis da instituição quanto aos processos de implementação e seus resultados. A instituição montou uma equipe multidisciplinar focados em atender melhor os alunos enquadrados pela legislação. No entanto, tinha-se dúvidas quanto à efetividade do PNAES e papel desempenhado na continuação e conclusão de estudos de alunos econômica e financeiramente vulneráveis. O tipo de auxílio mais solicitado, e atribuído, foi a ajuda alimentação (necessidade básica) e ajuda transporte, pois este é o meio de locomoção mais utilizado para chegar à escola.

Constatou-se que dos 80 alunos ingressantes no IFRO-CV em 2016, recetores de algum auxílio financeiro, apenas 56 (70% dos alunos iniciais) concluíram o curso em 2018, e sem essa ajuda não o teriam conseguido. Assim, seguramente as PNAES foram e são importantes, e contribuíram eficazmente para a permanência na escola, o que impactando no aproveitamento e conclusão dos estudos, evitando maior deserção. No entanto, atendendo ao empenho dos servidores especializados e recursos financeiros despendidos pelo PNAES, acompanhados por um dos investigadores, esperavam-se melhores resultados. Justificou-se claramente a investigação realizada pois não havia qualquer estudo efetuado, até ao momento, no IFRO-CV, acerca desta temática.

Contrariamente ao apurado junto de alunos, e segundo os servidores pesquisados, o PNAES tem relevância para os alunos considerados socioeconomicamente vulneráveis, dadas as enormes carências, pois proporciona melhores condições aos alunos, mas não é um fator preponderante para sua permanência e conclusão do curso.

Continuando a resumir as opiniões dos servidores entrevistados, há necessidade de implementar no IFRO-CV um sistema interno de verificação das candidaturas apresentadas, de monitorização das condições de carência dos alunos beneficiados, dos transferidos, dos evadidos e retidos pela Coordenação de Assistência ao Educando, por forma a otimizar a execução de recursos financeiros.

Verificou-se ter havido alguns problemas relativos à insuficiente quantidade das verbas para atender toda a demanda do IFRO-CV; registaram-se significativos e rotineiros atrasos na sua atribuição refletindo-se diretamente nas deslocações estudantis para a escola, realidade esta declarada tanto por alunos, quanto por servidores. Daí que o Governo Federal deve manter e ampliar as ações do PNAES que garantam melhores condições a alunos oriundos de famílias com baixa renda de modo a permitir-lhes a permanência na escola, e contribuir para para que,

no futuro, venham a ter oportunidades de trabalhar para uma vida melhor, bem como de ascender socialmente, ou como refere o diploma legal que “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para o desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.” [(Decreto nº 7.234/2010, Parágrafo Único, artigo 4º) (1)].

Assim, conclui-se que a presente investigação atingiu de forma plena os objetivos propostos inicialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. DECRETO Nº 7234, DE 19 JULHO DE 2010. [Internet]. 23/10/2010. 2010 [cited 2018 Jul 1]. p. 1–2. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
2. BRASIL. [LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.](#). Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm
3. Tude JM, Ferro D, Santana FP. Gestão de Políticas Públicas. In Curitiba: Iesde Brasil S/A; 2016.
4. PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 [Internet]. [cited 2017 Dec 9]. Available from: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf
5. Resolução nº 19/CONSUP/IFRO, de 21 de junho de 2011 [Internet]. [cited 2017 Dec 9]. Available from: <https://docplayer.com.br/10503049-Resolucao-no-19-consup-ifro-de-21-de-junho-de-2011.html>.
6. Resolução nº 033/CONSUP/IFRO, de 22 de setembro de 2014 [Internet]. [cited 2017 Dec 9]. Available from: <http://ptdocz.com/doc/430035/resolucao-nº-033-consup-ifro--de-22-de-setembro-de-2014>.
7. Vasconcelos NB. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. 2010 [cited 2018 Jul 1];17(2):599–616. Available from: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/11361/6598>.
8. Cunha MS, Raggi DG. Estudo de caso: Política de Assistência Estudantil no IF Baiano - *Campus* Teixeira de Freitas - Student assistance policy at IF Baiano - campus Teixeira de Freitas. Rev Gestão e Avaliação Educ [Internet]. 2016 Jun 7 [cited 2018 Nov 20];5(10):37. Available from: <http://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/20657>.
9. Souza C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias [Internet]. 2006;(16):20–45. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-

- 45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
10. Cavalcanti PA. Sistematizando e Comparando os Enfoques de Avaliação e de Análise de Políticas Públicas : uma contribuição para a area educacional. 2007 [cited 2018 Jul 3]; Available from: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252127>.
 11. Borba RL. A Implementação da Política Pública de Ensino a Distância : O Caso de dois Cursos da Universidade Federal de Lavras. 2013,
 12. Gómez RD. Gestión de Políticas Públicas: aspectos operativos Management of public policies: operational aspects. [cited 2018 Jul 14]; Available from: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v30n2/v30n2a11.pdf>.
 13. Secchi L. Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2a ed. São Paulo: Cengage; 2013. 168 p.
 14. Lotta GS. Implementação de Políticas Públicas : o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família. file:///C:/Users/Aparecido/Desktop/Artigos/3832-12133-1-PB mudançãas Polit Educ [Internet]. 2010;295. Available from: https://www.google.co.uk/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjJ6Ln41szJAhWKcBoKHXgmCgMQFghFMAg&url=http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-20102010-120342/publico/2010_GabrielaSpangheroLotta.pdf&usg=AFQjCNHYbq2C.
 15. Najberg E, Barbosa NB. Abordagens sobre o Processo de Implementação de Políticas Públicas. Interface. 2006;3(2):31-43.
 16. Duarte AIF. Condições de Formulação das Políticas Públicas: o caso da generalização do ensino profissional, 2004-2009 [Internet]. 2015. Available from: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=edsrca&AN=rcaap.doctoralthesis.10071.11324>.
 17. Marconi MDA, Lakatos EM. Metodologia Científica. 6a ed. São Paulo: Atlas; 2011. 314 p.
 18. Gil AC. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5a, editor. São Paulo: Atlas; 2010. 2010 p.
 19. Severino AJ. Metodologia do Trabalho Científico. 23a ed. São Paulo: Cortez; 2012.
 20. Triviños A. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1987. 110 p.
 21. Vergara SC. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2, editor. São Paulo: Atlas; 2014. 107 p.
 22. Zanella LCH. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Brasília: Capes; 2009. 1-164 p.

23. Chizzotti A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6a ed. Petrópolis/RJ: Vozes; 2014. 144 p
24. Nazareth HR de S. Curso Basico de Estatística. 12a ed. São Paulo: Ática; 2005. 160 p.
25. Reis EMC dos. PNAES : Uma Análise da Implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. 2016 Apr 28 [cited 2018 Jul 3]; Available from: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20898>.
26. Souza J do N. Avaliação da Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB: estudo de caso no Campus Picuí. 2017 Mar 6 [cited 2019 Nov 20]; Available from: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23211>.
27. Patrão CN, Feres MM. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007). Brasília: MEC/SETEC, 2009.
28. Taufick ALDOL. Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o Proeja – Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública [Internet]. 2013 [cited 2018 Jul 3]. Available from: <http://www.mestrado.caedufjf.net/avaliacao-da-politica-de-assistencia-estudantil-dos-institutos-federais-para-o-proeja-2/>
29. Jesus JA de. Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES nos Institutos Federais de Educação : um estudo da metodologia de implementação do IFNMG. 2016 [cited 2018 Aug 29]; Available from: <https://core.ac.uk/display/80746361>